



## Universidades Lusíada

Negreiros, Maria Augusta Geraldes, 1941-2003

Ferreira, Dinah dos Reis

Pinto, José Madureira, 1946-

Santos, Maria Emília

## Debates

<http://hdl.handle.net/11067/3978>

## Metadados

<b>Data de Publicação</b>	1995
<b>Palavras Chave</b>	Serviço social - Portugal
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	no
<b>Coleções</b>	[ULL-ISSSL] IS, n. 11-12 (1995)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:19:17Z com informação proveniente do Repositório

## DEBATE

*(Dr.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Augusta Negreiros)*

“Resta-me agradecer ao Prof. Madureira Pinto esta excelente contribuição que nos deu fornecendo-nos, de facto, um panorama sobre a sociedade portuguesa que contribui, com certeza, para tornar inteligível para nós todos, de uma forma muito mais concreta e mais próxima, digamos assim, este país. Muito obrigada.

Neste momento iríamos então passar ao debate. Penso que há aqui muitas pontas, com certeza, que levantaram interrogações, questões, enfim ... que vão ser, com certeza, produtivas no debate e portanto quem quiser é só levantar o braço.”

*(Dr.<sup>a</sup> Dinah Ferreira)*

“Desculpem eu pedir já a palavra mas é exactamente para subverter ainda um pouco o início do debate. É que eu fiquei curiosa porque o Prof. Madureira tinha-nos prometido falar um pouco do ponto de interrogação em relação ao sistema de emprego. Eu pressinto que há aí alguma coisa a ver com o conceito da M.<sup>a</sup> João Rodrigues ... gostava de ouvir ... Muito obrigado.”

*(Prof. Madureira Pinto)*

“Realmente eu tinha dito que ia fazer referência a esse ponto de interrogação que está no tópico sobre sistema de emprego ...

A minha ideia é esta: é que (e de facto isto tem a ver com a proposta de mudança terminológica da Maria João Rodrigues relativamente a falar-se destes temas em termos de mercado de trabalho) — ela diz, e muito bem, acho eu, que em Portugal falar em mercado de trabalho é, provavelmente, abusivo na medida em que precisamente o espaço da economia formal onde a lógica da produção e oferta de força de trabalho com estabelecimento de preços, digamos salários, níveis salariais — que essa ideia é um pouco artificial. Portanto, é preferível alargar este espaço a outros domínios, nomeadamente o da economia informal e de ... sim, fundamentalmente da economia informal.

Agora, porque é que eu ponho um ponto de interrogação? É porque eu tenho dúvidas que se possa falar a esse respeito de um sistema. A ideia de rede de mobilização de força de trabalho (que é avançada por um autor, julgo que Goldman) parece-me bastante mais interessante para pensar alguns ... (eu não digo ... claro que este ponto de interrogação é claramente para criar alguma tensão polémica, não

há dúvida nenhuma). Agora essa ideia de rede de mobilização de mão-de-obra parece-me bastante mais feliz porque aponta bem no sentido de perceber algumas coisas que se passam, quer no sector informal todo, sem excepção, quer (como eu já disse há pouco) em largas zonas do sector formal.

O recrutamento da mão-de-obra faz-se muito com base em redes informais de conhecimento e de parentesco. Isso claro que resolve localmente alguns problemas de desemprego, agora o que a prazo cria é condições para sobre-exploração, por exemplo. Essas redes, por outro lado, não têm consistência que se possa coadunar com a expressão “sistema”: são redes mutáveis, a transição do emprego para o desemprego é permanente (mais uma vez no sector da construção civil isso se verifica — as pessoas entram e saem no sistema de emprego a ritmos impressionantes — as estatísticas registam uma parte dessa verdade que são as entradas e as saídas no mercado de trabalho que neste sector são frequentes, mas há uma outra parte que não vem nas estatísticas que tem a ver com mobilização: por uns dias para a obra, por um mês, por dois meses, para depois entrar numa situação de uns dias, uns meses de desemprego, etc.). Isto tudo se faz à custa de redes informais (de conhecimentos, insisto) de parentesco e o que faz com que as obras dos estaleiros da construção civil na cidade do Porto, por exemplo, sejam ocupados diariamente em larguíssima proporção por sujeitos que se deslocam diariamente, ou ao fim-de-semana, de áreas do distrito ou fora do distrito (não tão longínquas como isso mas apesar de tudo que se situam na periferia do distrito — Baião, Marco de Canavezes, etc. — esse circuito faz-se permanentemente) e corresponde a pessoas que, ora estão no estaleiro por conta de um empregador intermediário, quer não, e que às vezes trazem um amigo, e que trazem um conhecido e isto tudo se passa de uma forma, de facto, tão informal e tão pouco controlada que eu penso que ainda é um excesso em falar em “sistema de emprego”. Portanto, a outra expressão das redes de mobilização que estão em permanente mutação e nunca estabilizadas parece-me poder ser mais interessante para perceber alguns fenómenos específicos do emprego em Portugal. Mas, enfim, é só esta a diferença.”

*(Dr.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Emília Santos)*

“Há uma questão que eu queria colocar que é uma certa preocupação que eu tenho. Por temperamento eu não sou pessimista mas a gente não pode fugir às preocupações e à realidade. E não há dúvida que esta questão que falou no emprego clandestino (e com toda a amálgama de situações que ele encerra) a mim me preocupa particularmente com uma série de situações que eu penso que não estão visíveis ainda neste momento mas que estarão nos próximos anos que é a questão, que até agora mais ou menos tem sido resolvida (e estes últimos 20 anos, sobretudo, têm mais ou menos resolvido a situação dentro dos limites da lei) que é

a questão de segurança, de higiene e de acidentes de trabalho. Portanto até agora com os limites que a lei impõe (e que são muitos, nomeadamente a história das pensões e da não actualização de pensões na grande maioria das situações) a verdade é que existe, sobretudo a nível da recuperação física, sobretudo a fase de tratamento, ela realmente existe e dentro de parâmetros já bastante satisfatórios, podemos dizer assim.

Eu penso que estas situações vêm trazer do emprego clandestino uma nova situação que é o facto do trabalho nem ao menos isso ter. Portanto veremos isso daqui a uma série de anos a repercussão que tem agora o facto de o indivíduo trabalhar, o facto de um trabalho já não ser sequer um meio de vida mas passar a ser um meio de morte. Isto é realmente a minha preocupação.

Por outro lado, na nossa área de intervenção do serviço social, falou e penso que muito bem, que nós estamos, realmente, sempre numa área de lidar com o sofrimento e eu penso que isso tem um peso muito grande para nós. E, portanto, como estou ligada a estas questões do emprego, da higiene e da segurança e, enfim, destas repercussões todas, penso que nós, assistentes sociais que fazemos realmente esta mediação — muitas vezes entre o sofrimento e os recursos fracos existentes — isto é um peso muito grande ao qual nós também devemos dar muita atenção ou seja, as condições em que muitas vezes nós trabalhamos, as condições de estar tão próximo do sofrimento que às vezes nós não nos podemos esquecer dele mas que isso tem muitas implicações. Eu lembro-me, nomeadamente, do distrito de Setúbal quando há uns anos atrás se pôs com a dimensão toda que nós vimos os problemas que se puseram no distrito (que nomeadamente depois a Igreja veio a tornar público, etc.) de muitas colegas assistentes sociais actuaentes nessa zona que entraram em processos altamente descompensatórios a nível de saúde e sobretudo a nível de saúde mental. Eu penso que isto é uma preocupação mas por outro lado penso que os espaços de debate como os que nós vivemos estes dias e outras iniciativas são de certo modo uma certa lufada de ar fresco que pelo menos nos põe a pensar sobre as coisa e nos pode ajudar, enfim, não digo a ultrapassar mas a compensar um bocadinho estas situações.”